

## **ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS NO ASSENTAMENTO RURAL HORTO AIMORÉS: ATUAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO AGROECOLÓGICA VIVERDE \***

**Camila Al ZAHER**

Mestre em Geografia FCT/UNESP

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Cristina PERUSI**

Professora Assistente Doutora UNESP/Ourinhos

### **Resumo**

No meio rural o recurso natural solo vem sendo intensamente depauperado devido às práticas inadequadas de exploração agrícola, as quais podem resultar na degradação química e física dos solos e, sobretudo, na fragmentação social e econômica da agricultura camponesa, propiciando o surgimento de atividades não agrícolas como forma de renda acessória da família. Nesse contexto, encontra-se o assentamento rural Horto Aimorés, localizado entre os municípios de Bauru e Pederneras, centro-oeste do estado de São Paulo. O presente trabalho procurou averiguar a existência dessas atividades não agrícolas na Gleba I do referido assentamento, como se estruturam, as principais atividades exercidas como fontes de renda e implicações para reprodução dessas famílias. Devido à importância da Associação Agroecológica VIVERDE para a organização da Gleba I, procurou-se verificar sua atuação entre os assentados e de que forma auxiliam na permanência deles no assentamento através da geração de renda. O diagnóstico realizado se deu por meio de questionário socioambiental composto por perguntas abertas e fechadas aplicados às 145 famílias residentes na Gleba I, sistematizados na forma de gráficos e tabelas; e entrevista junto ao líder da associação Agroecológica VIVERDE. Constatou-se que parcela significativa dos rendimentos das famílias da Gleba I provém do trabalho assalariado e das atividades não agrícolas e que a associação agroecológica VIVERDE, contribui significativamente para consolidação de atividades não agrícolas na Gleba I.

**Palavras-chave:** assentamento; atividades não agrícolas, associativismo; renda acessória; socioambiental.

## **ACTIVIDADES NO AGRÍCOLAS EN EL ASENTAMIENTO RURAL HORTO AIMORÉS: ACTUACIÓN DE LA ASOCIACIÓN AGROECOLÓGICA VIVERDE**

### **Resumen**

En el medio rural el recurso natural suelo viene siendo intensamente agotado debido a las prácticas inadecuadas de explotación agrícola, las cuales pueden resultar en la degradación química y física de los suelos y, sobre todo, en la fragmentación social y económica de la agricultura campesina, propiciando el surgimiento de las actividades no agrícolas como forma de renta accesoria de la familia. En este contexto, se encuentra el asentamiento rural Horto Aimorés, localizado entre los municipios de Bauru y Pedeneiras, centro-oeste del estado de São Paulo. El presente trabajo procuró averiguar la existencia de estas actividades no agrícolas en la Gleba I del referido asentamiento, cómo se estructuran, las principales actividades ejercidas como fuentes de renta y implicaciones para la reproducción de estas familias. Debido a la importancia de la Asociación Agroecológica VIVERDE para la organización de la Gleba I, se procuró verificar su actuación entre los asentados y de que forma auxiliam en la permanencia de ellos en lo asentamiento a través de la generación de la renta. El diagnóstico realizado se dio por medio de los cuestionarios socioambiental compuesto por preguntas abiertas y cerradas aplicados a las 145 familias residentes en la Gleba I, sistematizados en la forma de gráficos, tablas y entrevistas junto al líder de la Asociación Agroecológica VIVERDE. Se constató que una parcela significativa de los rendimientos de las familias de la Gleba I procede del trabajo asalarado y de las actividades no agrícolas y que la Asociación Agroecológica VIVERDE, contribuyó significativamente para la consolidación de las actividades no agrícolas en la Gleba I.

**Palabras clave:** asentamiento; actividades no agrícolas; asociaciones; renta accesoria; socioambiental.

## **NON-AGRICULTURAL ACTIVITIES IN RURAL SETTLEMENT HORTO AIMORÉS: PERFORMANCE OF VIVERDE AGROECOLOGICAL ASSOCIATION**

### **Abstract**

In rural areas the natural resource soil has been heavily depleted due to inadequate farm practices, which may result in chemical soil degradation, physical soil degradation and mostly results in social and economic fragmentation of peasant agriculture. These degradations impaired the agricultural production and consequently the maintenance of the settled

---

\* Trabalho resultado da Dissertação de Mestrado.

families and in these situations are noted the presence of non-agricultural activities as a method of family ancillary income. In this context was formed the rural settlement “Horto Aimorés”. It is located on the center of São Paulo state between the cities of Bauru and Pederneiras. This study aimed to determine the existence of these non-agricultural activities in the Gleba I of that settlement, how they are structured, the main activities carried out as sources of income and implications for these families support. The Viverde Agroecological Association is important at Gleba I of this settlement because of they help into organize it, these way was verified its performance between the land reform settlers generating income with non-agricultural activities. The environmental aspects and the presence of non-agricultural activities were investigated through a questionnaire with open and closed questions. The questions were made of graphs and tables. Furthermore, interviews with the leaders of cooperatives and associations were performed. It was verified that significant part of Gleba I families income are provide from wage labor or non-agricultural activities furthermore the Viverde Agroecological Association contributes significantly to the consolidation of non-agricultural activities in the Gleba I.

**Keywords:** settlement; non-agricultural activities, associations; income; socioenvironmental.

## **1. Introdução**

A estrutura fundiária brasileira esteve, ao longo da história, intrinsecamente relacionada à lógica da manutenção do *status quo* vigente, seja quando do regime de sesmarias ou, posteriormente, com a Lei de Terras de 1850, que instaurou legalmente a propriedade privada no país. Essa composição, calcada no latifúndio e na monocultura, resultou na exclusão da população rural camponesa ao longo dos séculos. Nesse sentido, atesta-se que essa população esteve continuamente subordinada aos interesses dos grandes proprietários de terras, gerando conflitualidades, como corrobora Fernandes (2000, p. 25): “[...] as lutas camponesas sempre estiveram presentes na história do Brasil. Os conflitos sociais no campo não se restringem ao nosso tempo”.

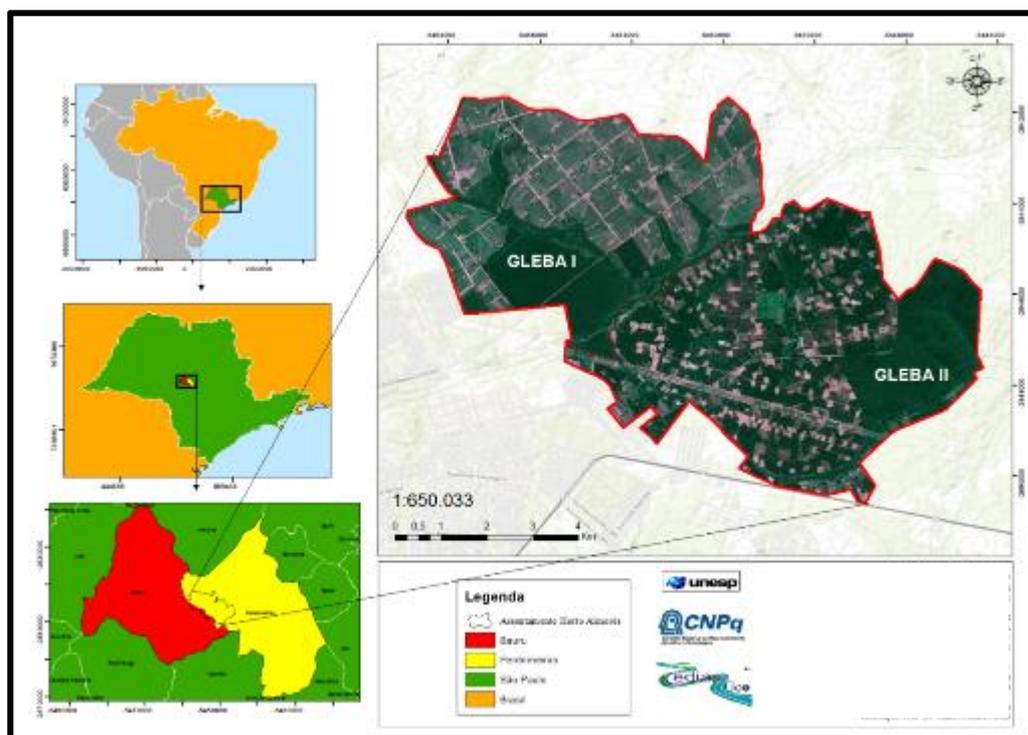
No entanto, é na década de 1950 que as disputas territoriais por terra tornam-se mais evidentes no âmbito nacional, com as ligas camponesas nordestinas que reivindicavam algumas áreas (OLIVEIRA, A., 2001) e com a fundação do Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER) no Rio Grande do Sul, que se territorializaram por todo o estado. Essas se adensam a partir das décadas de 1980 e 1990 com o surgimento de novos movimentos socioterritoriais que incrementaram a luta pela terra, via reforma agrária, como: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e a Federação da Agricultura Familiar (FAF).

Paralelo a esse contexto, com o surgimento do pacote tecnológico advindo da Revolução Verde, que culminou na modernização da agricultura na década de 1960, o meio rural sofreu sérias modificações na sua estrutura produtiva, como o emprego de sementes transgênicas, uso exacerbado de máquinas em substituição da mão de obra agrícola, utilização de insumos químicos e biológicos

(MARTINE; GARCIA, 1987) e etc. Esse processo resultou na alteração da paisagem rural, a qual “[...] antes florestadas, predominam atualmente os cultivos agropecuários” (OLIVEIRA, M. et al., 2008, p. 45).

As modificações na paisagem rural pela atividade agrícola e pastoril resultam, ao longo do tempo, em quadros de degradação ambiental, expressos na forma de dizimação das matas nativas, erosão acelerada, perda da fertilidade natural dos solos, intensa utilização de defensivos e corretivos agrícolas que alteram principalmente as características químicas do solo, dentre outros. O resultado é o comprometimento da produção agrícola e a redução da porção de terras agricultáveis, fato esse agravado nos solos tropicais (FREIRE, 2006), como é o caso brasileiro.

É isso que se verifica no assentamento rural Horto Aimorés (FIG. 1), localizado entre os municípios de Bauru e Pederneiras/SP. O referido assentamento está dividido em duas Glebas, I e II. A Gleba I, analisada nesta pesquisa, possui 165 lotes distribuídos em 5.262 ha. Os problemas na qualidade do solo, manifestado principalmente pela baixa fertilidade está relacionado à fragilidade dos horizontes superficiais, predominantemente arenosos, associado ao substrato geológico, arenito da Formação Adamantina e Marília, Grupo Bauru. Essas características, somadas ao uso intensivo ao longo de décadas de ocupação indevida, sem o manejo adequado, certamente agrava a condição socioambiental dos assentados. Como consequência, há o comprometimento da produção agrícola e da geração de renda. Essa afirmação baseia-se no fato de que a atividade agropecuária depende de condições ambientais favoráveis: boa fertilidade do solo, disponibilidade de água e nutrientes, pH adequado, boa aeração, declividade inferior a 12% para a agricultura mecanizada, dentre outros. A população da Gleba I se caracteriza por ser predominantemente idosa, com baixos níveis de escolaridade e empobrecida, que dificulta o acesso à informação e busca de melhorias, seja pelo investimento em benfeitorias para o solo ou através de instituições que forneçam assistência técnica para o plantio e obtenção de financiamentos, com CATI, INCRA e ITESP.



**Figura 1** - Mapa de localização do assentamento rural Horto Aimorés, Glebas I e II, municípios de Bauru e Pederneiras/SP. Fonte: Autor. (2015).

Reverter a degradação das propriedades físicas e químicas do solo é altamente dispendioso, o que obriga o produtor a repassar o custo do investimento para os produtos agrícolas e, conseqüentemente, para o consumidor; ou ainda, a renda obtida pode não ser suficiente para a manutenção da família, o que interfere na qualidade e projeto de vida dos assentados. Nessa perspectiva, Chayanov (1974 [1925], p.101), esclarece:

Quando a terra é insuficiente e se converte em um fator mínimo, o volume da atividade agrícola para todos os elementos da unidade de exploração se reduz proporcionalmente, em grau variável, porém inexoravelmente. Mas a mão-de-obra da família que explora a unidade, ao não encontrar emprego na exploração, se volta [...] para atividades artesanais, comerciais e outras atividades *não-agrícolas* para alcançar o equilíbrio econômico com as necessidades da família.

Isto posto, uma vez que as atividades agrícolas deixam de ser viáveis, a tendência é o surgimento de outras não agrícolas, como artesanato, pequeno comércio de produtos diversos, trabalho doméstico e assalariado, etc. Destaca-se o fato de que a presença de atividades não agrícolas é expressiva na Gleba I do referido assentamento, o que levou a supor que a usual prática dessas atividades esteja diretamente relacionada à baixa fertilidade da camada agrícola dos solos.

Ademais, a atuação da Associação Agroecológica VIVERDE na Gleba I assevera esse cenário tendo em vista que exerce exclusivamente atividades não agrícolas dentre os projetos desenvolvidos, assim, são comercializados produtos artesanais derivados do bambu, tijolos ecológicos e implantação do turismo rural.

Nesse sentido, o presente trabalho procurou averiguar a existência dessas atividades não agrícolas na Gleba I do assentamento rural Horto Aimorés, sua estrutura, principais fontes de renda e implicações para reprodução dessas famílias. Devido à importância da Associação Agroecológica VIVERDE para a organização da Gleba I, procurou-se verificar sua atuação entre os assentados e de que forma auxiliam na permanência deles no assentamento através da geração de renda.

O diagnóstico realizado se deu por meio de questionário socioambiental, composto por perguntas abertas e fechadas, aplicado às 145 famílias residentes na Gleba I, sistematizados na forma de gráficos e tabelas; e entrevista junto ao líder da associação Agroecológica VIVERDE.

## **2. Atividades não agrícolas como forma de resistência camponesa**

A colonização de terras no Brasil desde os primórdios com as Capitânicas Hereditárias se caracteriza, essencialmente, pelo predomínio de propriedades latifundiárias, monocultoras e agroexportadoras baseadas no sistema capitalista de produção. Por outro lado, destacam-se em números pequenas propriedades com agricultura camponesa, responsáveis pela produção dos principais gêneros alimentícios que chegam às mesas dos brasileiros. De acordo com dados do último Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística realizado em 2006 (IBGE, 2006), a agricultura familiar produziu 70% dos alimentos básicos, representando 38% do valor bruto da produção nacional naquele ano. No entanto, esse segmento se desenvolveu de maneira contraditória no que se refere às questões fundiárias, agrícolas e sociais, as quais são representadas pela concentração de terras, exclusão social no campo e grau de mecanização agrícola diferenciado entre os produtores e regiões nacionais.

As atividades econômicas desenvolvidas na Colônia, principalmente a agricultura voltada para a exportação, asseveravam esta situação pela constituição de grandes propriedades e lavouras, como o cultivo da cana-de-açúcar e formação dos Engenhos. Além disso, compunham-se de imensas áreas, sendo inviável um colonizador cultivar todas as suas terras. Assim, mesmo com a condicionalidade das sesmarias, a metrópole, durante esse período, não conseguiu impedir a formação de grandes latifúndios improdutivos (GUIMARÃES, A., 1989).

Durante este período desenvolveram-se outras formas de apropriação de terras: a posse e a fazenda. A posse foi o principal meio de ocupação territorial da época, representando uma forma de ocupação camponesa, daqueles que não tinham condições de solicitar uma sesmária. Essa prática desenvolveu-se de duas maneiras: às margens dos grandes latifúndios, em atividades de subsistência ou fornecimento de gêneros alimentícios para os engenhos; ou assumindo a feição de grandes latifúndios, pois, as mesmas condições que permitiam a falta de controle no tamanho das sesmarias fizeram com que o limite da posse fosse dado pelo próprio posseiro (SILVA, L., 1997).

Já a fazenda, tem sua origem vinculada à pecuária e as ações da Metrópole que tinha nesse modo de produção seu segundo grande instrumento de ocupação da fronteira econômica. No geral, os proprietários faziam parte da nobreza da capital ou eram representantes do próprio governo que possuíam grandes extensões de terras. Entretanto, por não conseguirem controlá-las, precisavam subdividi-las para sua exploração, dando lugar ao arrendamento. Adotavam, então, um sistema mais próximo da renda agrária capitalista, permitindo o acesso à exploração e mais tarde à propriedade de homens de menores posses (GUIMARÃES, A., 1989).

O sistema de sesmarias perdurou até início do século XIX, os motivos que levaram a sua extinção foram, segundo Silva, L. (1997), o surgimento da posse, das terras não cultivadas ou devolutas em larga escala; do aumento das exigências que cercava sua concessão e da incapacidade de promover o povoamento da terra. Dessa maneira, em julho de 1822 foi decretado pelo Príncipe Regente o fim desse sistema, alterando as formas de apropriação da terra e permitindo o “desenvolvimento de dois novos tipos menores de propriedade rural: a propriedade capitalista e a propriedade camponesa” (GUIMARÃES, A., 1989, p. 59).

O período de transição entre tal decreto e a promulgação da Lei nº 601 conhecida com “Lei de Terras” em 1850, promoveu a expansão sob o território brasileiro do apossamento, provocando um aumento dos sítios desses pequenos produtores e também dos latifúndios improdutivos, estes já inseridos em um contexto econômico no qual emergia o capitalismo e a burguesia nacional (SILVA, L., 1997).

Na transição entre o século XIX para o século XX, intensificou-se a expansão da cafeicultura, primeiramente no estado do Rio de Janeiro e, posteriormente em São Paulo, esta proporcionou conjuntamente com as políticas vigentes na época uma nova configuração econômica, social e fundiária. Com a decomposição do regime escravista, o Estado, visando suprir a falta de mão de obra nos cafezais, incentivou a vinda de imigrantes para o Brasil, na maioria, europeus. Surge assim, o sistema de Colonato, criado em acordo com os imigrantes e os grandes proprietários de terras, no qual, era-lhes permitida a produção de alimentos em pequenos lotes, visando o

autoconsumo, associado também à forma de pagamento do proprietário ao colono. Mantêm-se assim, a tradição e produção camponesa no meio agrícola.

Desse modo, atesta-se que os pequenos produtores sempre estiveram presentes no cenário agrário brasileiro, no entanto, subordinados aos interesses dos grandes proprietários de terras. Nesse sentido, deve-se considerar os conflitos inerentes a esse processo, em busca da conquista pela terra, ocorridos desde então.

A partir da década de 1940, buscando romper com a subordinação aos grandes latifúndios, surgem mobilizações e lutas das então Ligas Camponesas, organizadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e as associações pré-sindicais, constituídas pela Igreja Católica (SAUER, 2010). Na década de 1950, os conflitos por terra tornaram-se mais evidentes no âmbito nacional, com as ligas camponesas nordestinas que reivindicavam algumas áreas para assentamento de famílias, tendo muitas de suas lideranças assassinadas durante a luta. Concomitantemente, a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) foi criada e o governo de João Goulart iniciou um processo de Reforma Agrária, fundando a Superintendência de Política Agrária (SUPRA), primeiro órgão desta ordem no Brasil (OLIVEIRA, A., 2001).

No início da ditadura militar, décadas de 1960-70, com o surgimento desta incipiente mobilização social em função das mudanças no setor agrícola, pelos movimentos sociais pré-64, as organizações agrárias foram severamente reprimidas e as Ligas Camponesas extintas, devido à perseguição política dos militares para com esse segmento, “[...] deixando os camponeses politicamente órfãos” (SAUER, 2010, p.78)

No entanto, houve nesse período, uma efetiva abertura no sentido de discutir a Questão Agrária, exigindo-se mudanças na propriedade e no uso da terra. Uma medida foi amenizar a demanda por terras, promovendo a colonização agrícola em novas áreas como o caso da Amazônia e Centro Oeste brasileiro (SAUER, 2010).

De acordo com Rocha (2009), o Estado promoveu, também, políticas agrárias, como a criação de órgãos especializados na fiscalização dos estabelecimentos, regulamentando o tamanho e características das propriedades rurais brasileiras e viabilizando a reforma agrária, o que representou uma significativa vitória para os movimentos sociais.

Isso se deu com a promulgação da Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, pelo então presidente da República Humberto de Alencar Castello Branco, conhecida como “Estatuto da Terra”, em vigor até os dias atuais. Essa lei refere-se às questões fundiárias no país, e considera a reforma agrária como: “[...] o conjunto de medidas que visem promover melhor distribuição da terra mediante modificação no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social

e do aumento da produtividade” (BRASIL, 1964, Art. 1º, § 1). Nesse ínterim, salienta-se que a reforma agrária é uma política pública fundamental para consolidar a democracia no Brasil (SAUER, 2010).

Ainda, buscando acelerar a estruturação fundiária do país, foi fundado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), pelo decreto nº 1.110 em julho de 1970, que tinha por objetivo, promover a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União (INCRA, 2011), este foi implantado em todo o território nacional por meio de 30 Superintendências Regionais (ALVISI, 2013).

Neste contexto e diante do avanço do pacote tecnológico da Revolução Verde que inseriu no meio rural novas técnicas de produção como a utilização de insumos químicos, mecanização, novas variedades de plantas e raças de animais por meio de subsídios do crédito agrícola; asseverou ainda mais as desigualdades existentes e o êxodo rural, uma vez que, os camponeses não tiveram as mesmas oportunidades de acesso a essas tecnologias que os médios e grandes produtores capitalizados, resultando na concentração fundiária e de renda.

A partir de então, desde a década de 1960 até meados do início dos anos 1990, surgem os principais movimentos socioterritoriais de luta pela terra, com o objetivo de acelerar e viabilizar a reforma agrária, sendo o primeiro o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER); seguido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que se tornaria o principal movimento camponês brasileiro; o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e a Federação da Agricultura Familiar (FAF), dentre tantos outros. Esses movimentos articulados com partidos políticos e coligações urbanas nas manifestações exigindo democracia e liberdade política ampliaram a conflitualidade e consolidaram a luta pela terra através das ocupações. (FERNANDES, 2008; SAUER, 2010).

Nesse cenário, as demandas por terra obrigaram o governo Sarney (1985-1989), a formular o Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA) (SAUER, 2010). Todavia, Rocha (2009), pontua que o mesmo foi modificado algumas vezes visando sua adequação aos interesses dos latifundiários. Ademais, promulgou-se a Constituição Federal em 1988, que inovou por considerar o caráter social da terra para a regularização fundiária, assim, no seu Art. 5º, incisos XXII e XXIII (BRASIL, 1988), garante o direito de propriedade condicionado ao atendimento da sua função social.

No início dos anos 1990 são instituídas, a Lei Agrária nº 8.629 de 1993 e a Lei Complementar nº 76 de 1993 que trata da ação de desapropriação e criam a estrutura legal para a implantação da reforma agrária no Brasil (BRASIL a;b, 1993).

No primeiro período do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), ocorre efetivamente os planos de assentamento, sendo 245 mil famílias assentadas em 2.251 assentamentos numa área de 13 milhões de hectares (ROCHA, 2009). No entanto, essas medidas não diminuíram a concentração de terras, apenas ampliaram-se as fronteiras agrícolas no país, conforme salienta Fernandes (2000).

Durante primeiro mandato do governo Lula (2002-2006), elaborou-se o II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PRNA), o qual apresentava onze metas a serem cumpridas até o final do primeiro mandato. Este governo, de acordo com Rocha (2009), configurou-se como contraditório, pois ao mesmo tempo em que adotou políticas para fortalecer o agronegócio, deu continuidade à reforma agrária distributiva de assentamentos rurais. O governo cumpriu apenas 53% das metas estabelecidas no II PRNA, totalizando 212 mil famílias assentadas.

No âmbito regional, o Sudeste foi marcado desde sua ocupação pela disputa de terras entre os pequenos produtores e grileiros, atualmente a disputa ocorre com o agronegócio (ROCHA, 2009). As primeiras ocupações de terras no estado de São Paulo se dão entre 1979 a 1984 (SANTAROSA, 2012). Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006 realizado pelo IBGE, o estado de São Paulo tem 15.244 estabelecimentos de reforma agrária em 571.887 hectares (MARQUES et al., 2012).

Os dados supracitados expressam a grande população assentada nas últimas décadas, porém, é preciso avaliar em quais condições estes assentamentos são mantidos e qual respaldo dos órgãos públicos é dado para garantir a manutenção e reprodução camponesa, segmento, conforme salientado anteriormente, responsável pela produção dos principais gêneros alimentícios e, portanto, de grande importância para a soberania alimentar do país.

Cumprido esclarecer que o assentamento é entendido, como (CARVALHO, 1999, citado por, SAUER, 2010, p.59):

[...] um espaço, geograficamente delimitado, que abarca um grupo de famílias beneficiadas através dos programas governamentais de reforma agrária. A constituição do assentamento é resultado de um decreto administrativo do Governo Federal que estabelece condições legais de posse e uso da terra. Nesse sentido, o assentamento – fruto de um ato administrativo que limita o território, seleciona as famílias a serem beneficiadas etc. – é artificialmente constituído, criando um novo ambiente geográfico e uma nova organização social.

Esta nova organização social está intrinsecamente relacionada à transformação da identidade dos assentados “[...] de pessoas ‘sem-terra’ em pessoas ‘com terra’, gerando diferenças nas formas de organização e demandas políticas, sociais e econômicas”; uma vez que, a luta pela terra, quando consolidada na formação do assentamento, representa a materialização “[...] do lugar de trabalho, de

moradia, de cidadania, de vida” (SAUER, 2010, p.62), ainda, por um processo de construção de sujeitos políticos, em busca de liberdade e emancipação humana, de sobrevivência social que inclui demandas por educação, saúde, justiça e etc.; e não apenas por uma questão de regularização fundiária (SAUER, 2010).

Contudo, quando em meio ao processo de formação do assentamento as famílias não conseguem se firmar e consolidar uma produção satisfatória nos lotes, seja por condições econômicas ou ambientais, devido à falta de recursos, assistência técnica e de infraestrutura, remete necessariamente à busca de outras atividades que não agrícolas, que garantam a manutenção das famílias, contraditoriamente à perspectiva que se tem de um assentamento.

Diferentemente do que se pensa, as atividades não agrícolas conhecidas, também, como renda acessória campesina, não são uma conjuntura atual do meio rural, fazem parte do contexto camponês desde o advento do capitalismo, teorizada no fim do século XIX e início do século XX por Kautsky (1899) e Chayanov (1924 e 1925). No entanto, essa prática tem se intensificado na atualidade, devido às condições supracitadas.

Nesse sentido, pelo caráter contraditório do sistema capitalista, o mundo agrário perde algumas de suas características, principalmente na base econômica, deixando de ser eminentemente agrícola e dando espaço para a renda acessória (SAUER, 2010). Todavia, ao mesmo tempo em que destrói as relações não capitalistas (camponesas), as recria e as utiliza para o seu desenvolvimento, segundo Kautsky (1986 [1899], p.145):

[...] o grande estabelecimento pode expulsar quantos camponeses quiser que uma parte destes voltará sempre a ressuscitar como pequenos rendeiros. [...]. O modo de produção capitalista não nos promete nenhum fim do grande estabelecimento agrícola, nem promete o fim do pequeno.

Já para Lênin (1985 [1899]) que definiu três tipos de camponeses, os ricos, médios e pobres; especificamente os pobres seriam aqueles que não têm retorno suficiente das atividades que realiza no estabelecimento e são obrigados a buscar outras formas de trabalho para completar a demanda de sua família, esse seria essencialmente o assalariado. Ou seja, defende que este tende a ser desintegrado e transformar-se em proletário.

Para uma compreensão mais completa da questão é necessário entender os princípios de funcionamento do campesinato, o que pode ser encontrado no trabalho de Chayanov (1981 [1924] e 1974 [1925]). O autor apresenta uma análise da estrutura interna desse segmento, e afirma que, embora o modo de produção capitalista seja predominante, ele não é o único, sendo o campesinato

um importante modo de produção não capitalista, baseado no trabalho familiar, tendo em vista que o capitalismo gera relações não capitalistas de produção. Assim, quando o produto conseguido com a exploração do estabelecimento não supre as necessidades do grupo familiar, os membros da unidade camponesa podem se assalariar, trabalhando na agricultura ou em outras atividades. Essa flexibilidade é o principal elemento que possibilita a sobrevivência e reprodução do camponês no interior do capitalismo.

Ou seja, o trabalho acessório emergente deve ser visto como forma de resistência do campesinato dentro do sistema capitalista vigente, e não sua subordinação. De acordo com Silva, J. (2013), os dados do Pnad (1999) mostram que, dos quase 15 milhões de pessoas economicamente ativas no meio rural brasileiro (exceto a região Norte), 4,6 milhões de trabalhadores praticavam atividades não agrícola como: servente de pedreiro, motorista, caseiro, empregada doméstica etc.; conforme se verifica neste estudo. Além disso, demonstra que as ocupações agrícolas são as que geram menor renda, conseqüentemente, houve a redução do número de famílias no campo e o crescimento das famílias pluriativas, que combinam atividades agrícolas e não agrícolas.

Ocorrem mudanças, também, na gestão das propriedades, que estão se individualizando, tendo geralmente os pais/ou um filho exercendo atividades agropecuárias enquanto os demais membros da família procuram outras formas de inserção produtiva, em geral fora da propriedade (SILVA, J. 2013). Contudo, o caráter familiar da produção não é totalmente eliminado, uma vez que, nas áreas de assentamento, a família se reúne aos finais de semana para realizar as tarefas agropecuárias.

Questiona-se ainda até que ponto a adoção dessas práticas reflete os anseios da população camponesa e, em quais medidas prejudica a soberania alimentar do país em prol dos grandes proprietários de terras. Assim, a reforma agrária nos moldes atuais, não pode mais ser concebida, é necessário que se adote uma perspectiva integradora entre os meios físicos e sociais pelos órgãos gestores e extensionistas, a fim de, validá-la e garantir a reprodução camponesa.

Esta questão foi profundamente analisada na Gleba I do assentamento rural Horto Aimorés. A inquietação está fundamentada, essencialmente, pelo aparecimento cada vez maior de atividades não agrícolas na área de estudo, ou ainda, da necessidade dos jovens camponeses de exercerem o trabalho assalariado nos centros urbanos, que pode estar diretamente associada, dentre outros fatores, à baixa fertilidade do solo e qualidade ambiental da área.

## **2. A questão do trabalho e a inserção de atividades não agrícolas na Gleba I do assentamento rural Horto Aimorés**

A Gleba I do assentamento rural Horto Aimorés é formada por 165 lotes dos quais 145 participaram desta pesquisa. Nos lotes amostrados vivem 602 pessoas, com idade média de 48 anos. Quanto á produção agrícola identificou-se que no geral os lotes são produtivos (95%), prevalecendo a produção da olericultura, em 64% dos lotes, sendo as hortaliças os principais produtos, o que demonstra a persistência dessa população em manter-se e reproduzir-se da terra. Em somente 5% dos lotes não se exercem nenhuma atividade agropecuária.

No entanto, confirma-se que a renda obtida com a atividade agrícola é baixa entre os agricultores. Notou-se que 34% dos assentados recebem menos que um salário mínimo (R\$ 724,00) e; 24% recebem menos de dois salários (R\$ 600,00 a 1.200,00), totalizando 58% da população, o que demonstra a pouca perspectiva que esses trabalhadores têm de conseguir sobreviver da terra. Desse modo, muitos dos assentados recorrem ao trabalho na cidade ou outras atividades não agrícolas no próprio assentamento para complementar a renda.

Ademais, o assentamento sofre com a ausência de cobertura vegetal no entorno dos cursos hídricos, feições erosivas do tipo linear, ravinas e voçorocas decorrentes da adoção de práticas inadequadas de uso da terra somadas à fragilidade dos horizontes superficiais predominantemente arenosos (SANTAROSA, 2012). O referido autor analisou as características físicas dos solos degradados por erosão hídrica nessa área e constatou um nível avançado de alteração. A baixa fertilidade do solo, confirmada pela presente pesquisa, demonstrou que a camada agricultável do solo da área apresenta deficiências de todos os nutrientes, à exceção do cálcio. A análise espacial permitiu afirmar que somente algumas áreas específicas apresentam altos teores dos nutrientes estudados.

Do ponto de vista pedológico, a situação descrita compromete a qualidade de vida dos assentados e a conseqüente geração de renda, uma vez que, a atividade agropecuária depende de condições ambientais favoráveis: disponibilidade de água e nutrientes, pH adequado, boa aeração, declividade inferior a 12% para a agricultura mecanizada, dentre outros. Reverter tais quadros de degradação é dispendioso, o que obriga o produtor a repassar o custo do investimento para os produtos agrícolas.

Uma vez que as atividades agrícolas deixem de ser viáveis, a tendência é o surgimento de outras práticas não agrícolas entre os assentados como: trabalhos artesanais em bambu, recuperação de pneus, desmanche de carros, venda de queijo, comércio dentro do assentamento e etc. Contraditoriamente à perspectiva que se tem de um assentamento, que almeja a produção agropecuária; garantem a segurança econômica e qualidade de vida para algumas famílias com

trabalhos alternativos. Tal fato não é, contudo, incompatível com a realidade da área, uma vez que os solos encontram-se degradados e, conforme averiguado, com baixa fertilidade.

Assim, do total de moradores dos lotes amostrados (602 pessoas) averiguou-se que 51% exercem atividades agropecuárias; 22% trabalham fora do assentamento para complementar a renda e 27% não exercem nenhuma atividade remunerada.

É notório que o trabalho familiar na agropecuária é expressivo na Gleba I. Quando se analisa o número de moradores que trabalham no assentamento, obtêm-se uma média de 2,1 pessoas ocupadas por lote. Esse dado aproxima-se da realidade nacional, estimada por Leite *et al.* (2004). Segundo o referido autor, a quantidade de trabalhadores na agropecuária por família beneficiárias da reforma agrária no Brasil foi de 2,4 a 3,0 e; em apenas em 3% dos lotes não há nenhuma pessoa ocupada na atividade agrícola.

No que tange aos assentados que trabalham fora do lote, evidencia-se que em 65% dos lotes havia pelo menos um morador que trabalhava nessas condições, sendo que em 43% dos casos apenas um morador o faz; 16%, dois moradores; 5%, três moradores; e; 1% quatro moradores por lote, para todos os casos o objetivo é complementar a renda da família.

Desse modo, foi imprescindível estimar a renda das famílias assentadas, provenientes tanto das atividades agrícolas, quanto das não agrícolas, a fim de compará-las. A renda mensal total por lote. Observou-se que mais da metade dos entrevistados têm renda mensal de até um salário mínimo, 55% do total; e 39% declararam ganhar entre 2 a 4 salários mínimos. A partir daí é possível estimar que a renda total anual dos assentados, foi de, em média, de R\$ 8.688,00. Portanto, bem aquém da divulgada pelo IBGE no Censo da Agricultura Familiar (IBGE, 2006), que aponta que nos estabelecimentos de agricultura familiar, a receita ficou em torno de R\$ 13.600,00 por ano.

Assim sendo, fazendo uma comparação com a receita total recorrente com a renda agrícola da Gleba I, apurou-se que parcela dos rendimentos provém de atividades extra lote, 20%. Tendo em vista que, a renda total apontada por 78% dos assentados foi de até dois salários mínimos e a renda obtida com atividades agropecuária, nessa faixa, foi de 58%, ou seja, o restante do recurso advém de outras fontes. Esse dado ressalta a relevância das atividades não agrícolas na composição da renda camponesa.

Foram sistematizados, também, o número de famílias que adotam essas práticas, quantos membros da família exerciam-na, a razão que levou a adoção dessas atividades, a renda adquirida, o tempo empregado e os benefícios advindo com esse trabalho.

Averiguou-se que 19% dos lotes têm algum membro da família que trabalha com atividades não agrícolas no assentamento, são elas: venda de queijo, 30%; artesanatos, 18%; artesanatos em

bambu, 15%; comércio dentro do assentamento como lanchonetes, 11%; faxina, 11%. Além desses, carvoaria, trabalho como catador de material reciclável e de construção, comercialização de mel, venda de gás e venda de quitutes para festas, perfazem 4% cada (FIG. 2).



**Figura 2 a;d** - Atividades não agrícolas do assentamento rural Horto Aimorés. (A) Lote onde funciona desmanche de carros; (B) Artesanato de bambu produzido pelos artesões da Associação Agroecológica VIVERDE; (C) Lote com revenda de materiais de construção; (D) Lote com venda de queijo. Fonte: Autor (2015)

O trabalho não-agrícola é realizado essencialmente por um morador do lote, 67%; dois moradores perfazem 26% do total e três e quatro moradores, 4% cada. Na TAB.1 é possível observar o tempo dedicado ao trabalho não agrícola. Dos entrevistados que declararam exercer essa atividade, 33% trabalham oito horas, tendo somente essa atividade como fonte de renda; 38% trabalham menos de 4 horas; 15% trabalham 4 horas, referente a meio período; 4% trabalham 6 horas e 4% mais de 12 horas; 7% dos entrevistados não souberam responder.

**TABELA 1**  
Tempo empregado na atividade não agrícola.

<b>Tempo empregado na atividade não agrícola (horas)</b>	<b>Número de lotes</b>	<b>%</b>
<b>menos de 1</b>	3	11
<b>1</b>	1	4
<b>2</b>	5	19
<b>3</b>	1	4
<b>4</b>	4	15
<b>6</b>	1	4
<b>8</b>	9	33
<b>12</b>	1	4
<b>Não Sabe</b>	2	7
<b>TOTAL</b>	<b>27</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Questionário aplicado pelo autor na Gleba I assentamento rural Horto Aimorés (2013).

O principal motivo apontado pelos entrevistados para adoção dessas atividades foi à complementação da renda, 67%, tal fato corrobora com análise apresentada pelos líderes do assentamento: segundo o presidente da Associação Agroecológica VIVERDE, a principal motivação para busca de trabalho fora do assentamento é o complemento da renda mensal (RODRIGUES, Informação Verbal, Bauru/Pederneiras (SP), abr., 2013). Lopes Junior, presidente da COAGRO (INFORMAÇÃO VERBAL, Bauru/Pederneiras (SP), abr., 2013) ressalta, também, que muitos procuram com essas atividades obter recursos necessários para investir no lote, já que os auxílios dos órgãos públicos não chegam a eles.

Outros motivos apontados foram 22% têm prazer nessas atividades; no caso da produção de queijo, 18% adotam essa atividade, além da renda, para não desperdiçar o leite; 11% devido à dificuldade de plantar e; 4% para facilitar a comercialização dos produtos dentro do assentamento, esse último referente aos donos dos estabelecimentos comerciais como os bares e lanchonetes (TAB 2).

**TABELA 2**  
Razão pela qual adotou a atividade não agrícola

<b>Motivo</b>	<b>Número de Lotes</b>	<b>%</b>
<b>Renda</b>	18	67
<b>Já exercia a atividade/por prazer</b>	6	22
<b>Evitar o desperdício de leite (produção de queijo)</b>	5	18
<b>Porque não consegue plantar</b>	3	11
<b>Para facilitar a comercialização de outros produtos no assentamento (lancheonete)</b>	1	4

**Fonte dos dados:** Questionário aplicado pelo autor na Gleba I assentamento rural Horto Aimorés (2013).

No que diz respeito ao apoio de alguma instituição, somente 11% dos lotes obtiveram-no. Desse percentual, 75% veio da Associação VIVERDE, o restante, 25% referia-se a parceria com a empresa 3M.

Quanto a comercialização dos produtos, 45% é feita na cidade de Bauru; 22% por conta própria; 22% no assentamento; 7% pela Associação VIVERDE e 4% em feiras de artesanato.

A renda adquirida com a atividade não agrícola é, no geral, pequena se comparada com a atividade agropecuária. Assim, 70% dos assentados que exercem atividade não agrícola retiram até R\$ 600,00 por mês; somente 11% dos entrevistados conseguem obter mais que R\$ 900,00 (TAB. 3). Esse dado corrobora com o fato de que apenas 33% afirmaram que dependem essencialmente das atividades não agrícolas.

**TABELA 3**  
Renda estimada com a atividade não agrícola

<b>RENDA (R\$)</b>	<b>Número de Lotes</b>	<b>%</b>
<b>0 + 300,00</b>	13	48
<b>300,00 + 600,00</b>	6	22
<b>600,00 + 900,00</b>	1	4
<b>&gt;900,00</b>	3	11
<b>Não sabe</b>	2	7
<b>Não declarou</b>	2	7

<b>TOTAL</b>	27	100
--------------	----	-----

**Fonte dos dados:** Questionário aplicado pelo autor na Gleba I assentamento rural Horto Aimorés (2013).

No que se refere aos benefícios advindos dessas atividades, identificou-se que 63% dos assentados veem como vantagem a renda obtida. Além disso, o fato de “envolver a juventude do assentamento, apreender outro tipo de trabalho, ser bom para distrair a mente e por terem orgulho da profissão”, estes fatores juntos perfazem os 37% restantes.

Desta maneira, fica evidente que uma quantidade considerável de assentados recorre a outras atividades que não a agrícola e/ou ao trabalho assalariado, formando uma diversidade de geração de renda.

### **3. Associação Agroecológica VIVERDE**

A associação agroecológica VIVERDE, formada em 2005, durante processo de ocupação do Horto, estabeleceu inicialmente parceria com a Universidade Solidária (Unisol), e posteriormente com a Incubadora de Cooperativas Populares da UNESP – núcleo de Bauru (INCOP UNESP Bauru) da UNESP/Campus de Bauru e o projeto de extensão universitária: Projeto Taquara.

A INCOP UNESP Bauru tem por alvo a “[...] assessoria não diretiva a grupos populares que desejam se organizar ou que já estão organizados, mas não compreendem o papel do trabalho cooperado ou associado, ou passam por dificuldades.” (GOYA, 2012, p.57). Procura combinar autogestão com gestão eficiente e objetiva o desenvolvimento de uma consciência política que permita a luta dos trabalhadores por seus direitos. Além disso, viabiliza assessoria técnica por meio dos saberes acadêmicos para que os empreendimentos possam permanecer no mercado. (GOYA, 2012)

Na Gleba I, a INCOP UNESP Bauru impulsionou o plantio agroecológico de verduras, comercializadas por uma premissa da economia solidária do “comércio justo”, incentivando o consumo e venda de produtos orgânicos no assentamento; promoveu diversas atividades de assessoria e capacitação, e buscou minimizar as dificuldades encontradas pelas famílias assentadas, definidas por meio do Diagnóstico Rápido Participativo Emancipatório (DRPE), uma pesquisa com metodologia elaborada especificamente para assentamentos rurais brasileiro, para identificar as principais dificuldades, demandas, potencialidades e possíveis soluções para problemas apontados pelos agricultores. (GOYA, 2012) De acordo com o referido autor, o processo de incubação foi concluído em 2011, quando a INCOOP considerou que a associação tinha tornado-se autônoma e capaz de gerir sua produção.

Em 2009, a associação iniciou outra parceria com o projeto de extensão universitária: Projeto Taquara, sob coordenação do Prof. Dr. Marco Antonio dos Reis Pereira, do Departamento de Engenharia Mecânica da UNESP de Bauru, junto aos alunos dos cursos de design, arquitetura, artes, relações públicas e engenharia mecânica dessa mesma universidade. O projeto desenvolve técnicas de trabalho manual com bambu, na fabricação de objetos como: mesas, cadeiras, utensílios domésticos, etc. (FIG. 3 a;c). Assim, o bambu se estabeleceu como principal atividade da associação, e segundo Rodrigues (INFORMAÇÃO VERBAL, Bauru/Pederneiras (SP), abr., 2013), sua importância está no fato de ser um material ecológico, renovável, com rápido crescimento, que substitui o uso de madeira nativa e apresenta uma versatilidade estética e comercial, podendo ser aplicado em diversos tipos de produtos, inclusive na recuperação de áreas degradadas como erosão.



**Figura 3 a;c** - Artesanatos de bambu produzidos pela Associação Agroecológica Viverde Fonte: Autor (2015)

De acordo com Rodrigues (INFORMAÇÃO VERBAL, Bauru/Pederneiras (SP), abr., 2013), no primeiro ano em parceria com o Projeto Taquara, a venda dos artesanatos ocorreu nas feiras locais. Esses eram confeccionados na sede do projeto localizado na UNESP Bauru, onde os

associados se reuniam uma vez por semana com os alunos, que também auxiliavam no planejamento dos produtos que seriam feitos.

No segundo ano, a associação conseguiu comprar o maquinário necessário para a produção no próprio assentamento, tornando-se necessária a construção de sua sede. Desse modo, os alunos do Projeto Taquara projetaram um barracão feito parte de alvenaria e parte de bambu, construído numa das áreas comunitárias do assentamento pela comunidade, com auxílio de um carpinteiro contratado. Os recursos para o empreendimento foram alcançados com a premiação do projeto num concurso realizado pela empresa 3M, no valor de R\$ 30 mil. Essa mesma empresa fornece, também, os materiais necessários para confecção do artesanato (RODRIGUES, Informação verbal, Bauru/Pederneiras (SP), abr., 2013).

Atualmente a associação fornece seus produtos, majoritariamente, para o projeto “Caras do Brasil”, promovido pela rede de supermercados Pão de Açúcar, pelo qual a empresa compra os produtos e distribui para todas as lojas do grupo no país. Na primeira remessa, foram vendidas colheres de bambu (RODRIGUES, Informação verbal, Bauru/Pederneiras (SP), abr., 2013). Além dessas parcerias (empresa 3M, Banco Santander e Pão de Açúcar) a associação busca apoio no Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e no Serviço Social da Indústria (SESI) para desenvolver um trabalho de sucessão com os adolescentes, a fim de promover a continuidade da associação (RODRIGUES, Informação verbal, Bauru/Pederneiras (SP), abr., 2013).

Para inserção da VIVERDE nesses projetos, com os quais tem parceria, foi necessária a formalização burocrática da mesma. Desta forma, instituiu-se o estatuto, procedeu-se a obtenção do CNPJ, da nota fiscal eletrônica, do código de barras e selo ecológico. Desse modo, a associação possui, conforme esclarece Rodrigues (INFORMAÇÃO VERBAL, Bauru/Pederneiras (SP), abr., 2013) estatuto onde consta a data de fundação e proposta de funcionamento, elaborado à apenas um ano. No que tange à organização da associação, essa é coordenada por treze pessoas, tendo dezesseis famílias associadas. No entanto, Rodrigues (INFORMAÇÃO VERBAL, Bauru/Pederneiras (SP), abr., 2013) afirma que no início participavam aproximadamente 30 pessoas.

Do disposto acima, assevera-se, portanto, que a associação procura desenvolver um trabalho para além das atividades agrícolas e do trabalho assalariado no assentamento, a fim de garantir uma renda alternativa para os produtores, que muitas vezes ficam a mercê das condições desfavoráveis do meio agrícola, como situação financeira, de transporte das mercadorias, condições climáticas, disponibilidade de água e fertilidade do solo.

Nesse sentido, a associação tem por objetivo desenvolver uma cadeia produtiva que integre a atividade do lote (plantação do bambu e horta agroecológica) com confecção e venda do artesanato. Assim, mesmo que alguns agricultores não se interessem pelo trabalho de artesanato, poderiam comercializar o bambu plantado no lote para a associação, garantindo uma renda fixa. Almeja, ainda, trabalhar em diferentes vertentes agroecológicas, como: hortas, turismo rural, fabricação de tijolo ecológico e, principalmente, o artesanato com o bambu.

#### **4. Considerações Finais**

Do disposto, foi possível averiguar que 95% dos lotes tem algum tipo de cultivo agrícola, ainda assim, a renda média proveniente da agricultura é irrisória: 58% dos entrevistados recebem até dois salários mínimos. Nessas condições, para as famílias que têm até 4 membros, a renda *per capita* fica em torno de R\$ 362,00. Desse modo é notório que, em muitos casos, as famílias produzem apenas para o autoconsumo, comprovado pelo baixo índice de comercialização, 43%. Esses resultados expressam as dificuldades de produção, relacionadas aos problemas ambientais, principalmente no solo.

Desse modo, parcela significativa dos rendimentos provém do trabalho assalariado e das atividades não agrícolas, 20%. Esse dado assevera a relevância das atividades não agrícolas na composição da renda camponesa. Baseado na declaração dos entrevistados, a principal motivação para busca desse tipo de trabalho fora do assentamento é exatamente o complemento da renda mensal, ou então, utilizar o recurso para investir no lote, uma vez que nas condições atuais, segundo muitos entrevistados, não permite o desenvolvimento da atividade agrícola.

Assim, apesar dos assentados da Gleba I trabalharem, na sua maioria, na agricultura: 51%, fica evidente a presença de indivíduos que exercem trabalho assalariado e/ou praticam atividades não agrícolas para complementar a renda, 22 e 19% respectivamente; perfazendo 41% da população, resultando na presença de diversas outras fontes de renda.

Nesse aspecto, a associação agroecológica VIVERDE, contribui significativamente para consolidação de atividades não agrícolas na Gleba I, através dessa entidade são desenvolvidos trabalhos como artesanato com bambu, tijolo ecológico e será implantado o turismo rural. Esta funciona, portanto, como fonte alternativa de obtenção de renda, possibilitando a manutenção dos assentados.

#### **Referências**

ALVISI, L. G. **Elaboração do Plano Diretor Participativo do assentamento rural Horto de Aimorés**. 2013. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru, 2013.

BRASIL. Lei n. 4.504 de 30 de novembro de 1964. **Estatuto da Terra**: completo e atualizado até 1990. Rio de Janeiro: Gráfica Auriverde LTDA, 1990.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, (1925) 1974.

FERNANDES, B. M. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial, 2004. In: BUAINAIN, A. M. (Ed.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2008.

FREIRE, O. **Solos das regiões tropicais**. Botucatu: FEPAF, 2006.

GOYA, C. R. Incubadora de cooperativas populares da Unesp - Núcleo de Bauru. In: ARAÚJO, M. A. M.; ALMEIDA, L. L. (Org.). **Incubadora de cooperativas populares**: as experiências da Unesp. São Paulo: [s.n.], 2012.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

IBGE b - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Agricultura Familiar no Brasil e o Censo Agropecuário 2006b**. São Paulo; Rio de Janeiro: FIBGE, 2006. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/sites/default/files/cartilha%20ibge%20agricultura%20familiar.pdf>>. Acesso em: 23 de ago. de 2014.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L; PALMEIRA, M. CINTRÃO, R. **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: IICA; NEAD/MDA; São Paulo: Ed. Unesp, 2004. (Estudos NEAD n. 6).

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (1899).

LOPES JUNIOR, D. **Assentamento Rural Horto Aimorés**. Bauru, 8 de abril de 2013. Entrevista concedida ao autor.

MARQUES, V. P. M. A.; GROSSI, M. E. D.; FRANÇA, C. G. **O censo 2006 e a reforma agrária**: aspectos metodológicos e primeiros resultados. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2012.

MARTINE, G; GARCIA, R. C. (Org.) **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do camponato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estud. av.**, São Paulo, v. 15, n. 43, Dec. 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142001000300015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300015&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 8 mar. 2013.

OLIVEIRA, M. O. et al. **Comparação entre atributos físicos e químicos de solo sob floresta e pastagem**. 2008. Disponível em: <<http://www.revista.inf.br/florestal12/pages/artigos/REEF-ANOVII-VOL12-ART08.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

ROCHA, H. F. **Análise e mapeamento da implantação de assentamentos rurais e da luta pela terra no Brasil entre 1985-2008**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado - Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2009. Disponível em: <[http://www2.fct.unesp.br/nera/monografia/mono\\_herivelto\\_2009.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/monografia/mono_herivelto_2009.pdf)>. Acesso em: 18 ago. 2012.

RODRIGUES, J. M. **Assentamento Rural Horto Aimorés**. Bauru, 8 abril de 2013. Entrevista concedida ao autor.

SANTAROSA, L. V. **Caracterização física dos solos degradados por erosão hídrica e implantação de técnicas de recuperação no assentamento rural Terra Nossa/Aimorés, municípios de Bauru e Pederneiras-SP**. 2012. Relatório Parcial FAPESP (Iniciação Científica em Geografia) - Campus Ourinhos, Universidade Estadual Paulista, Ourinhos.

SAUER, S. **Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SILVA, J. G. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. In: STEDILE, J. P (Org.). **A questão Agrária do Brasil: o debate na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 239- 260.

SILVA, L. O. As leis Agrárias e o latifúndio improdutivo. **São Paulo em Perspectiva**, v. 11, n. 2, p. 15-34, 1997.

Recebido em 28/06/2015

Aceito em 18/09/2015